

Abertura de procedimento concursal comum para o preenchimento de 3 (três) postos de trabalho da carreira/categoria de técnico superior da área de nutrição do Mapa de Pessoal do Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Central (ACES AC) da Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P. (ARSA, I.P.), na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP)

1. Nos termos do disposto nos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo de 26 de setembro de 2018, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), o procedimento concursal de regularização extraordinária de vínculos precários para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 3 (três) postos de trabalho para a carreira/categoria de técnico superior da área de nutrição, previstos no Mapa de Pessoal **do ACES AC, da ARSA, I.P.**

2. Legislação aplicável: Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro (PREVPAP); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril e Código do Procedimento Administrativo.

3. Local de Trabalho: ARSA, I.P. / Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Central (ACES AC), compreendendo as seguintes Unidades Funcionais nela integradas:
Referência A) URAP Estremoz – 1 posto de trabalho;
Referência B) URAP Montemor – o- Novo e Vendas Novas – 1 posto de trabalho;
Referência C) ECCI Évora – 1 posto de trabalho

4. O procedimento concursal destina-se à ocupação de 3 (três) postos de trabalho do Mapa de Pessoal **do ACES AC, da ARSA, I.P.**, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos constantes do artigo 40.º e seguintes da LTFP.

5. Descrição sumária das funções por categoria/carreira

Os postos de trabalho a ocupar caracterizam-se pelo exercício de funções correspondentes à categoria de técnico superior da área de nutrição, nos termos do número 2.º do artigo 88.º, e referido anexo, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pelo Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

6. Fundamentos para a abertura do procedimento concursal comum: o presente procedimento concursal é aberto no âmbito do PREVPAP, para regularização das situações de trabalho precário previstas no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. Os postos de trabalho apenas podem ser ocupados pelos candidatos que satisfizeram necessidades permanentes, sem vínculo adequado, nesse mesmo posto de trabalho.

7. Caracterização sumária das funções:

- Avaliar, analisar e estudar os dados em saúde e desequilíbrios alimentares geradores de doença na comunidade ou em grupos populacionais determinados;
- Realizar a avaliação, diagnóstico e estudo nutricional de indivíduos, grupos ou comunidades;
- Desenvolver e participar em programas de educação para a saúde e, em geral, de saúde pública, no domínio da educação alimentar;
- Colaborar nas ações comunitárias que visem a promoção da saúde e a prevenção da doença, nomeadamente as relacionadas com os desequilíbrios alimentares e nutricionais;
- Prestar aconselhamento nutricional individual ou coletivo;
- Realizar consultas de nutrição que visam obter a otimização nutricional dos utentes de acordo com a sua condição patológica e/ou sintomatologia associada;
- Elaborar material educacional destinado a utentes, suas famílias ou grupos populacionais;
- Responsabilizar-se pela escolha, administração e utilização do equipamento técnico e dos instrumentos específicos da nutrição;
- Desenvolver e/ou participar em projetos de investigação;
- Desenvolver ações de sensibilização e informação aos utentes sobre nutrição e acesso a estes cuidados;

- 
- Articular e integrar as equipas multidisciplinares das Unidade de cuidados na comunidade (UCC), nomeadamente no âmbito das Equipas de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) e dos projetos de saúde escolar entre outros;
 - Participar nos projetos de saúde pública no âmbito das ciências da nutrição em colaboração com a Unidade de saúde pública (USP).

8. Modalidade de horário de trabalho: o período normal de trabalho é de 35 horas semanais e as funções serão desempenhadas em qualquer das modalidades de horário previsto no artigo 110.º da LTFP.

9. Habilitações literárias exigidas: Grau de complexidade funcional 3, sendo exigida a titularidade, das habilitações literárias e profissionais legalmente exigíveis para o desempenho da função.

10. Posição remuneratória: 2.^a posição remuneratória da categoria de técnico superior, da carreira de técnico superior, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 12.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, que corresponde ao nível 15 da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10-B/2020, de 20 de março), a que corresponde a remuneração base de 1.205,08 € (mil duzentos e cinco euros e oito cêntimos).

11. Requisitos de admissão relativos ao trabalhador:

11.1. Exerça ou tenha exercido, num determinado período, funções, sem vínculo jurídico adequado, no posto de trabalho que serviu de base à abertura do presente procedimento concursal, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

11.2. Ser detentor dos requisitos cumulativos, enunciados no artigo 17.º da LTFP:

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.



11.3. Possuir as habilitações literárias constantes do ponto 9. do presente aviso.

11.4. No presente procedimento concursal não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissionais, nos termos do número 2.º do artigo 8.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

12. Forma e prazo de apresentação das candidaturas:

12.1. Prazo: dez dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público e na página eletrónica da ARSA, I.P. (<http://www.arsalentejo.min-saude.pt>);

12.2. Forma: As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, disponível na página eletrónica da ARSA, I.P. (<http://www.arsalentejo.min-saude.pt>), podendo ser enviados por via eletrónica para o endereço de email recursos.humanos@arsalentejo.min-saude.pt, até às 24h00 horas do último dia do prazo para apresentação das candidaturas ou por correio registado com aviso de receção endereçado a Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P., Procedimento Concursal a que se candidata – (referência a que se candidata) – PREVPAP, Largo do Jardim do Paraíso, n.º 1, 7000-864 Évora, valendo a data aposta no registo como data de envio para efeitos de cumprimento do prazo referido na alínea anterior.

12.3. No formulário de candidatura são de preenchimento obrigatório: identificação do procedimento concursal objeto da candidatura; identificação do candidato (nome, data de nascimento, nacionalidade, número de identificação fiscal, residência, telefone e endereço eletrónico); habilitações académicas e profissionais; decisão de reconhecimento prévio do vínculo precário.

12.4. Com a candidatura devem ser entregues os seguintes documentos:

- a) Fotocópia legível do Certificado de Habilitações;

- 
- b) Fotocópia legível dos Certificados ou comprovativos de ações de formação realizadas com relevância para o posto de trabalho objeto de candidatura;
 - c) Um exemplar do Currículo Vitae detalhado e atualizado, datado e assinado;

12.5. As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

12.6. Nos termos do disposto no número 8.º do artigo 20.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, a não apresentação dos documentos atrás referidos determina a exclusão dos candidatos.

13. Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

14. Métodos de Seleção: O método de seleção a utilizar será a avaliação curricular e a entrevista profissional de seleção, se houver mais do que um candidato ao mesmo posto de trabalho)

14.1. A avaliação curricular é valorada de acordo com a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. Visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e a avaliação de desempenho obtida. Para tal, serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho, nomeadamente: as habilitações académicas, a formação profissional, a experiência profissional e o tempo de desempenho no período anterior, no exercício de funções caracterizadoras do posto de trabalho a concurso.

14.2. Entrevista profissional de seleção: A entrevista profissional de seleção visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e os aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

14.3. São motivos de exclusão do presente procedimento:

- a) O incumprimento dos requisitos mencionados neste aviso, sem prejuízo dos demais legal ou regularmente previstos;

- 
- b) A obtenção de uma valoração inferior a 9,5 valores na avaliação curricular;
 - c) A não comparência à entrevista profissional de seleção (quando aplicável);
 - d) A obtenção de uma valoração final inferior a 9,5 valores, quando haja lugar à aplicação dos dois métodos de seleção, resultado do emprego da fórmula da alínea b) do ponto 14.4 do presente aviso.

14.4. Classificação final (CF):

- a) A classificação final será expressa de 0 a 20 valores, com arredondamento às milésimas,
- b) Quando haja lugar à aplicação dos dois métodos de seleção, a CF será expressa, de igual modo, de 0 a 20 valores, com arredondamento às milésimas, a qual resulta da aplicação da seguinte fórmula em que:

$$CF = (60\%) AC + (40\%) EPS$$

CF = Classificação Final;

AC = Avaliação Curricular

EPS = Entrevista Profissional de Seleção

14.5. No caso em que haja lugar a entrevista profissional de seleção, os candidatos são convocados nos termos do artigo 24.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, por correio eletrónico, de acordo com o número 8.º do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, indicando-se o dia, hora e local da realização do mencionado método de seleção.

14.6. A publicitação dos resultados obtidos na avaliação curricular ou após a aplicação dos dois métodos de seleção, quando aplicável, é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público nas instalações da ARSA, I.P., sito no Largo do Jardim do Paraíso, n.º 1, 7000-864 Évora e na sua página eletrónica.

14.7. Haverá lugar à audiência de interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, após a aplicação de todos os métodos de seleção e antes de ser proferida

a decisão final. Os candidatos excluídos serão notificados, por correio eletrónico, nos termos dos números 7.º e 8.º do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

14.8. As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

14.9. A lista de classificação final dos candidatos é publicada na página eletrónica da ARSA, I.P. após aplicação dos métodos de seleção.

14.10. O procedimento concursal tem carácter urgente, prevalecendo as funções próprias do júri sobre quaisquer outras.

15. Composição e identificação do júri:

Presidente: Florinda de Jesus Magarreiro Recto, Psicóloga Clínica, Coordenadora da URAP do ACES AC, da ARSA, I.P.;

1.º Vogal efetivo: Pedro Manuel Pinto Bento, Técnico Superior de Diagnóstico e Terapêutica e Vogal do Conselho Clínico do ACES, da ARSA, I.P.;

2.º Vogal efetivo: Estela Paula Trindade Arsénio, Técnico Superior do ACES - AC, da ARSA, I.P.;

1.º Vogal suplente: Paulo Alexandre Leirão Caraça, Responsável pela Unidade de Apoio à Gestão do ACES – AC da ARSA, I.P.;

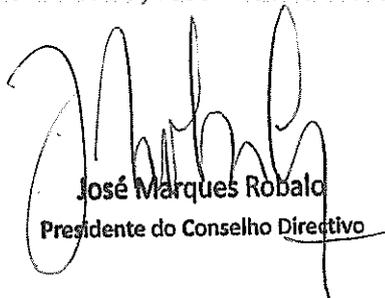
2.º Vogal suplente: Florbela de Jesus Rosa de Matos Reis, Técnica Superior do ACES - AC, da ARSA, I.P.

16. A lista de classificação, após homologação, é publicada na BEP; afixada em local público e visível das instalações, da ARSA, I.P. sito no Largo do Jardim do Paraíso, n.º 1, 7000-864 Évora, e disponibilizada na respetiva página eletrónica; sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República, com informação sobre a sua publicitação, nos termos do número 5.º do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua atual redação.

17. Nos termos do disposto no número 4.º do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, o presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) e na página eletrónica da ARSA, I.P. (<http://www.arsalentejo.min-saude.pt/>).

Évora, 10 de dezembro de 2020

O Presidente do Conselho Diretivo, José Alberto Noronha Marques Robalo



José Marques Robalo
Presidente do Conselho Directivo

Autorização dos membros do Governo Artigo 30.ª da LTFP:

DISPENSA, nos termos do número 1.º do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.